

**O INDÍVIDUO X O COLETIVO: OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Aluno: Claudia Teixeira dos Santos

Orientador: André de Mello e Souza

Rio de Janeiro

Agosto, 2007

Introdução

A informação e o conhecimento são peças chaves para entendermos o andamento e as transformações no mundo de hoje. Cada vez mais as inovações tecnológicas nos apresentam um mundo no qual o entendimento entre o tempo e o espaço é recriado a cada nova experiência. A informacionalização afeta tanto as sociedades, a economia, o trabalho, a produção e o próprio indivíduo em suas relações.

O que podemos observar da década de 60, do século XX para frente é uma aceleração e um aumento exponencial no uso da informação comparado com o uso da matéria, isto é, trabalhamos muito mais na informação do que na própria matéria; o produto final tem contido em si um número muito maior de trabalho sobre a informação que anteriormente. Além disso, a própria informação tornou-se um produto muito importante para a nossa sociedade; por mais que a matéria seja uma ligação entre o homem e o mundo virtual, alguns elementos como os softwares, a internet, tornaram a informação passível de ser comercializada como qualquer produto. Nesse sentido é necessário entender todas as implicações do processo produtivo atual que cada vez mais informação produz informação.

Esse trabalho vai partir de análises quantitativas e qualitativas, dado que o estudo visa entender a marginalização de determinados grupos ao acesso a informação através do processo de crise do sujeito salientado pela contradição entre o coletivo e indivíduo tão saliente nos tempos atuais. Nesse sentido, busco combinar a influência de produções acadêmicas importantes, com dados seguros e atuais sobre o processo de informacionalização mundial. Como existem diversos padrões de exclusão que podem ser atribuídos ao processo de informacionalização também foi optado por trabalhar com os processos produtivos e educacionais, salientando a participação (ou não) feminina nesse processo, assim como o cenário dos países em desenvolvimento.

O objetivo do trabalho é analisar como a produção e o acesso a informação tem, como todos os outros processos, uma lógica de exclusão, que dificulta o acesso de determinados nichos sociais aos processos de construção de conhecimento salientado pelas diversas mudanças ocorridas nos apresentando um cenário com diversas “Novidades” e “Crises” a serem analisadas. Dessa forma, seria necessário entender como essa lógica ocorre e quem são aqueles que são excluídos de todo o processo. Tentar entender os mecanismos que estão por trás do processo e porque ele ocorre também é muito importante, mas muitas vezes essa análise é complicada por se tratar de questões de “poder”, assim, não ficam tão claros os objetivos e interesses dos atores envolvidos.

Entretanto, essa análise é muito importante por se tratar de um trabalho original e atual, dado que os estudos sobre o processo de informacionalização da sociedade, da economia, são muito escassos, e que o informacionalismo é muito atual e ainda está em processo. Sendo assim, um dos grandes objetivos desse trabalho é tentar revelar a exclusão na Sociedade da Informação ainda em curso, dando tempo e conhecimento para que iniciativas contra a exclusão sejam executadas pelo governo, pelas instituições e pela sociedade civil como um todo.

História

Ao pensarmos nessas mudanças e nos termos e questões relacionadas com a informacionalização, tais como, conectividade, Internet, Personal Computers, software; pensamos em uma história contemporânea, atual, totalmente corrente. Estes símbolos da chamada “Revolução Informacional”, nos remete, principalmente, aos anos 60 em diante, do século XX, apesar de que para alguns a referência venha a partir do final da II Guerra Mundial.

Entretanto, esse fenômeno da informacionalização, tem as suas raízes com a própria Modernidade, na construção das chamadas ciências modernas, a partir de uma tentativa do homem buscar abstrair, projetar, programar, matematizar as suas invenções, seus pensamentos e idéias. O homem moderno sempre demonstrou essa tendência que vemos com mais clareza hoje em dia, de transformar tudo em informação e conhecimento criando um mundo virtual o qual Edmund Husserl salienta muito bem, que seria concebido através da “substituição (paulatina e) sub-reptícia do único mundo dado através das percepções... (do mundo) que é experimentável e experimentada... (d)o mundo-da-vida -... o mundo concreto dos corpos, no qual gozamos, sofremos, comemos, suamos, amamos e odiamos... – pelo mundo (medido) das idealidades matematicamente sub-estruturadas.”(Husserl, 1970, pp.48-49)¹

O renascimento europeu já começou a remodelar o pensamento ocidental que viria a remodelar a sociedade nos próximos séculos. É possível dizer que a partir, principalmente, de 1500, a matematização, invade a vida de todos, e de certa forma remodela inclusive as culturas ocidentais. Grandes estudiosos também colaboraram para esse movimento tais como Descartes, Bacon, Kepler, Galileu; na cultura ocidental inicia uma invocação do método científico, da idéia de que tudo na natureza pode ser medido, contado e com isso comprovado;

¹ Trecho retirado de: MARQUES, C. Ivan. “Desmaterialização e Trabalho” in: Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Org. Helena Lastres e Sarita Albgli. RJ. 1999 Editora Campus Ltda.

inclusive o tempo e o espaço, que mesmo sendo práticas desenvolvidas antes da modernidade, viram uma ciência cada vez mais exatas, quase irrefutáveis.

“As técnicas de representação do tempo e do espaço tridimensional em que vivemos no mundo bidimensional do papel – os números, as tabelas, os horários, as formulas, os desenhos, os mapas, os roteiros e os planos – e seu rebatimento de volta ao mundo-da-vida fazem parte do que Pierre Lévy (1996) chama de “operações de virtualização” e “operações de atualização”. As operações de virtualização mobilizam a expansão do que alguns chamam de desmaterialização, mas que preferimos, junto com outros, chamar de informacionalização(...)” (Marques, 1999, pp.193)

É esse ponto que nos remete a Sociedade da Informacional que ascende no fim do século XX e XXI, pois, apesar das mudanças que ocorrem atualmente serem tão aceleradas que nos transmite uma sensação de novidade e progresso nunca vistos, as “operações de virtualização” foram uns saltos muito grandes para a humanidade em diferentes tempos históricos. Esse processo de informacionalizar, que compreende mapear, planejar, projetar, possibilitou as grandes navegações nos 1500; gerou o impulso para as Revoluções Industriais. Podemos dizer que a Primeira Revolução Industrial se concentrou no uso da informação para aplicar nos modos de produção e as aplicações materiais que foram desenvolvidas. Já a II Revolução Industrial é possível observar o papel fundamental da ciência, do investimento em pesquisa, e com isso, no importante desenvolvimento das fontes de energia. Na Revolução atual, que será amplamente discutida abaixo, a inovação é o uso da informação não apenas para produzir matéria, mas sim, do uso da informação e da comunicação para o processamento e consumo, no final, de mais informação e comunicação.

Isso porque, os homens passaram a trabalhar primeiro com a informação e depois com a matéria, significando que a virtualização torna o real mais eficaz. Além disso, esse processo de abstrair acaba caindo em um círculo vicioso, no qual, uma abstração acaba levando a outra. “Mede-se o espaço, mede-se o tempo, ganha-se precisão, ganha-se espaço, ganha-se tempo, tempo é dinheiro – eis uma máxima moderna!” (Marques, 1999, pp195)

Um caso empírico que mostra que o trabalho sobre a informação e conseqüentemente a evolução de todos os tipos de tecnologia, mudaram a maneira como pensamos o processo produtivo, as relações de trabalho; é o caso do salto produtivo de Henry Ford e o processo organizacional da Toyota. É notável a evolução produtiva alcançada por Ford através da linha de montagem que foi implementada em sua fábrica, entretanto, o modelo de organização flexível da Toyota, baseado nas tecnologias da informação e da comunicação deu o tom para o que viria a ser o processo de produção das próximas décadas.

Nesse sentido podemos concluir que a informação, e/ou o processo de trabalhá-la, tornou-se essencial para a atividade humana nos últimos 5 séculos. Entretanto, o que podemos observar da década de 60, do século XX para frente é uma aceleração e um aumento exponencial no uso da informação comparado com o uso da matéria, isto é, trabalhamos muito mais na informação do que na própria matéria; o produto final tem contido em si um número muito maior de trabalho sobre a informação que anteriormente. Além disso, a própria informação tornou-se um produto muito importante para a nossa sociedade; por mais que a matéria seja uma ligação entre o homem e o mundo virtual, alguns elementos como os softwares, a internet, tornaram a informação passível de ser comercializada como qualquer produto.

Dada a sua importância, todas as características da Sociedade da Informação foram se espalhando para todo o mundo em intensidades distintas, e como Castells coloca, não há nada de surpreendente que a “revolução informacional” tenha se delineado no momento em que o capitalismo passava por uma mudança estrutural depois de algumas crises na década de 70: a crise do Keynesianismo, os Choques do Petróleo, a inflação, os distúrbios sociais e trabalhistas. Entretanto, não é possível estabelecer muitas relações causais entre a Revolução Tecnológica e a crise Capitalista, mas é fato que essa revolução conseguiu encontrar caminhos muito interessantes na crise que se formou.

Entretanto não é possível afirmar que o Processo da Informacionalização gerou uma renovação no capitalismo, ou que o capitalismo impulsionou a Revolução Tecnológica; os dois são processos autônomos que se interagem, enquanto o capitalismo é entendido como um modo de produção, o informacionalismo é um modo de desenvolvimento que se avançaram simultaneamente e de forma imbricada, um se “alimentando do outro”; tanto que muitos autores colocam que estamos passando pela fase do capitalismo informacional.

É possível inclusive indicar, como alguns teóricos colocam, que a economia anteriormente ao processo informacional estava chegando a um ponto de saturação, e que de certa forma, esta revolução conseguiu alterar um processo de desemprego e estagnação que estava em andamento, abrindo novos tipos de mercados e criando uma diversidade de vagas de trabalhos. Dessa forma a Revolução Tecnológica foi um importante fator auxiliador da reestruturação do Capitalismo nas décadas seguintes.

A fase de reestruturação capitalista avançou como um processo no final da década de 70 e nos anos 80 e 90, ao mesmo tempo as características do capitalismo informacional foram se intensificando. Essa fase pode ser caracterizada por uma tentativa de políticos e empresários de reestruturação econômica, marcada por desregulamentação do mercado, privatizações, e

valorização do capital em detrimento ao trabalho. Nesse momento um desenvolvimento tecnológico baseado na flexibilidade de produção e trabalho, assim como da organização foram essenciais ao processo de reestruturação capitalista.

“O fator histórico mais decisivo para a aceleração, encaminhamento e formação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas conseqüentes formas sociais foi/é o processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como capitalismo informacional”.(Castells,1999,p.55)

Mesmo com todas essas mudanças econômicas e organizacionais não é possível dizer que logo na década de 70 inaugura-se uma nova sociedade totalmente revitalizada. Estamos em um momento marcado por dicotomias, as mudanças estão acontecendo em diferentes ritmos, em diferentes partes do mundo. É claro que esse processo dicotômico pode ser dito de todas as revoluções, entretanto o ritmo marcado da difusão da tecnologia é algo original. Por estar no âmago dessa revolução, a velocidade, a compressão do espaço tempo, deu uma idéia de transformação muito diferente, por mais que as características da Sociedade Informacional tenham se espalhado e esteja se espalhando pelo mundo nessas últimas três décadas, ainda temos dicotomias profundas, tanto econômicas como sociais e políticas.

Como Castells salienta, cada vez mais há um processo de “aumento da concorrência econômica global em um contexto de diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e gestão de capital”. (Castells, 1999, p.40) Esse processo de reorientação da base econômica e produtiva vem acompanhado de transformações sociais muito drásticas; muitos autores apontam para uma fase de grandes crises de legitimidade e de autoridade, essa crise é tanto institucional, como representativa e institucional. É uma crise de individualização na “globalização”, a qual se insere a grande diferenciação cultural que o autor se refere.

Essas grandes ambigüidades podem ser vistas na questão feminina, que cada vez mais está inserida no capitalismo informacional, mas ainda em condição discriminatórias e de certa forma marginais. Além disso, a sociedade e o indivíduo, devido a crise de legitimidade, buscam cada vez mais por identidades primárias que lhes garantam algum significado, num mundo que a velocidade das mudanças deixa a realidade cada vez mais fulgás.

Dentro desse contexto de diferenciação e mudanças torna-se necessário salientar que nem tudo é crise; podemos dizer que desde a “Revolução Tecnológica Informacional”, novos espaços econômicos, relacionais, novas redes de interação e comunicação se criaram, juntamente com novos canais com necessidade de regulamentação. Isto é, percebeu-se que é

necessário lhe dar com os problemas e também com as soluções constituídas na Sociedade da Informação. O processo de expansão de redes, com a internet e outras tecnologias, possibilitaram iniciativas interessantes no âmbito social, econômico e político, inclusive gerando maior participação social dando aos indivíduos mais um instrumento de accountability; mas, ao mesmo tempo, também acabam acarretando em “novos problemas” como a Pirataria, o Cibercrime, o uso da internet por grupos terroristas, as questões das diferenças culturais e legais.

Teoria

Segundo Melvin Kranzberg e Carrol Pursell (1967), defensores de um caráter transformador, a Revolução Tecnológica Informacional é caracterizada pela sua “penetrabilidade”, isto é, como a forma de penetrar em todas as áreas de atividades humanas, de maneira que as atividades não podem ser mais exercidas sem o uso dessa tecnologia. Com isso, a sociedade estaria totalmente afetada pelas características intrínsecas ao novo modelo de produção.

Seguindo essa idéia, Castells (2000) coloca que as novas tecnologias originárias da Revolução Informacional estão inseridas dentro do grande processo de transformação da base material, do processo produtivo e da própria sociedade, com isso, novas formas de interação foram criadas juntamente com novas relações de poder. Essas relações, segundo o autor, não ficaram restritas. Por conta do seu caráter penetrante, essas novas relações de poder permearam todo o tecido social.

Isso porque, a revolução não foi apenas material uma vez que a inovação tecnológica não é um acontecimento isolado, ela está relacionada a um determinado nível de conhecimento e informação da sociedade e também a uma determinada formação institucional e política. Dessa forma é possível dizer que a revolução é baseada nas evoluções materiais e nos estados sociais anteriores, mas é claro que ela não é apenas o somatório, ela também representa e se apresenta como novidade, ela se dá como um salto qualitativo na difusão e na rapidez das transformações, isso porque a tecnologia (entendida no sentido amplo) atinge toda a sociedade não apenas o setor industrial, mas o comercial e o individual.

Por mais que o processo de desenvolvimento informacional traga consigo o aumento de interações sociais em rede, podemos também observar de acordo com os processos da pós-modernidade uma grande tensão do individualismo com a conectividade na Sociedade da Informação. Muitos são os processos concomitantes com a individualização do sujeito na

sociedade informacional, dessa forma acontecimentos como aumento da xenofobia em países desenvolvidos, a proliferação de seitas, o fundamentalismo religioso, estão entre os problemas enfrentados na atualidade. Nesse sentido, podemos dizer que essa sociedade carrega uma complexidade muito grande entre a fragmentação e a globalização, entre o individual e a coletividade. A grande questão colocada seria “Como combinar novas tecnologias e memória coletiva, ciência universal e culturas comunitárias, paixão e razão?”(Calderon e Laserna, 1994,90)

A grande questão é que a tendência dos movimentos sociais a partir da década de 90 está mais relacionada à busca de significados, de identidades primárias, como por exemplo, as questões femininas (violência, representatividade), jovens, crianças, movimentos de minoria (gays, étnicos, religiosos) e ambientalistas. Esse processo está intimamente relacionado com a crise do ser individualista da sociedade industrial proporcionada pela conectividade trazida pelas tecnologias da informação combinada com o processo de descrédito das instituições, das autoridades a nível estatal e de forma geral aos movimentos de grupos (sindicatos, associações, classes, partidos). Isso tudo cria um cenário em que o indivíduo busca por identidades significadoras do sujeito, enquanto as identidades coletivas são esvaziadas e até mesmo desacreditadas.

“os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de abertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo únicos e efêmeros encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de suas identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais.” (Castells, 1999, p.41)

Caso Empírico I: Desenvolvimento do Software Livre, Educação e Acesso Feminino

Dentro desse grande processo da Sociedade da Informação, podemos apontar como um dos mais importantes movimentos o do Software Livre, por isso, é muito interessante procurar entender como as mulheres estão se inserindo nesse cenário, se elas estão tendo possibilidades de acesso e educação para atuarem como agentes no período Informacional.

Segundo os indivíduos grupos engajados no “movimento” Software Livre, a questão é pensar nesse tipo de software como uma “liberdade de expressão”; ele é definido em relação a liberdade dos usuários de “executarem, copiarem, distribuírem, modificarem e aperfeiçoarem o software. O Software Livre é aquele que tem o seu código fonte aberto, livre, diferentemente do Software Proprietário. Existe um grande debate sobre os indivíduos e grupos que participam dos projetos e movimentos do software livre. A grande questão abordada por todos, é que o novo tipo de desenvolvimento relacionado ao movimento, coloca que qualquer um que esteja suficientemente interessado possa participar; assim, segundo os autores de *Who is doing it?*, há um novo paradigma de desenvolvimento. Sabemos hoje, que o movimento atinge escalas desde locais, a nacionais e internacionais

O desenvolvimento do Software livre significa para muitos um impulso ao processo tecnológico, uma vez que participam diversas pessoas no desenvolvimento, tornando o processo mais rápido, mais adequado às necessidades e além disso mais “comunitário”. Ainda é colocado a favor do software livre que esse desenvolvimento produz um maior acesso à tecnologia, reproduzindo e produzindo um processo de criativo e de difusão de conhecimento.

O “movimento” do Software Livre possui muita ligação com a Internet e principalmente com o processo que esta representa: sua aceleração do tempo e do espaço, suas novas formas de conexão e interação, a relação de diferentes pessoas, de diferentes culturas, tempos. Tudo isso incluído num processo de desenvolvimento de software.

Como coloca Holtgrewe, muitos autores estão mostrando argumentos interessantes com relação ao processo criativo do software livre: “Skill upgrading, knowledge work and information and communication technologies may unfold the forces so production in the hands of the new knowledge and creative workers.” (Holtgrewe, 200, p.131). Por outro lado, autores da escola crítica como Adorno tratam da questão do processo corrosivo de culturas com a questão das novas tecnologias, como inclusive o software livre.

O grande teórico que apóia o “movimento” do Software livre é Castells, segundo ele, todos os eventos têm ritmos e relações diferentes dependendo das relações sociais; com isso, nós podemos entender as novas interações que ocorrem na internet como a analisada uma vez que são “construídas” novas estruturas e interações. Assim, como Castell coloca, a informação só vai se transformar em conhecimento, quanto fizer sentido tanto individualmente quanto coletivamente. Nesse sentido, o desenvolvimento do Software livre está no cerne da discussão de um processo de construção de conhecimento livre, que desestabiliza as estruturas de poder e conhecimento que conhecemos.

Segundo Holtgrewe, o software livre não é só um desenvolvimento tecnológico, mas também um tipo “circulação aberta de conhecimento”. A autora também enfatiza o processo de colaboração que é o cerne do movimento. Longe do debate da prática, os autores que defendem o uso do software colocam além do já discutido, processo de construção de conhecimento aberto, o software livre tem outros lados positivos, como uma maior eficiência econômica, o barateamento, não é tão coordenado, assim, não produz nichos de desenvolvimento, sendo um projeto mais aberto.

O processo de desenvolvimento do software livre é muito alternativo, tem um grande potencial de problem-solving, por ser uma atividade muito complexa, que abarca diferentes contextos, pessoas e interesses. Reproduz quase que um processo de divisão de trabalho, com essas diferentes pessoas envolvidas em diversas atividades. Ao mesmo tempo, desestabiliza o processo protutivo, uma vez que esse não é mais pensado em questão de economia.

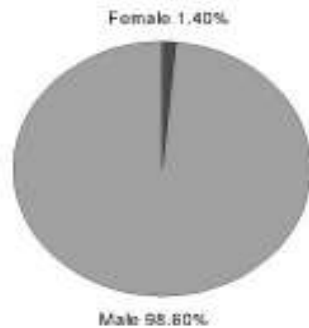
Por outro lado, devemos pensar que a sua distribuição não é igual e dificilmente vai atingir a todos, é um espaço limitado, assim como é a Internet; nesse sentido, deve ser enfatizada a possibilidade do movimento de garantir um processo de difusão de cultura e idéias, e como a autora coloca tem um grande “potencial de simultaneidade”.²

Muito se discute sobre o porquê que os tantos indivíduos dedicam tanto tempo para o desenvolvimento do software, fazendo com que a atividade de algum modo seja relacionada até a um hobby. Muitos buscam a resposta relacionada à questão da grande maioria dos atores serem homens. A autora Ursula Holtgrewe chega a colocar que “Pursuing a time-intensive and absorbing hobbies is much a masculine thing, and the sociology of gender and technology (Hacker, 1989) suggests that the specific passion for abstract technical excellence and boding around it is developed in masculine rather than feminine socialization.” Nesse sentido, como é um setor dominado por homens, pode haver uma falta de incentivo para a participação

² Trecho baseado em: HOLTGREWE, Ursula. **Articulating the Speeds of the Internet – The case of open source/free software**, in *Time & Society*, v. 13, n. 1 (2004), p.129-146.

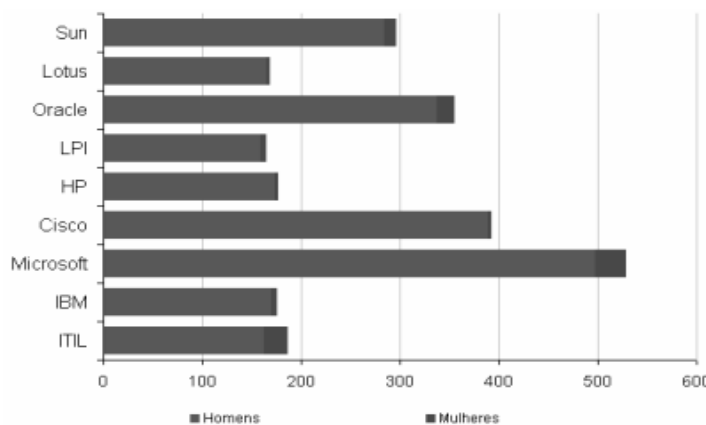
feminina e até certa exclusão. No Brasil, por exemplo, existe um projeto PSL – Mulher, ou seja, no site, elas colocam e reivindicam uma maior participação feminina no “movimento”.

Esse cenário é muito complicado para as mulheres, pois representa uma falta de produção feminina na área de formação de conhecimento e informação e ainda numa área essencial para o mundo de hoje, que é a produção da interface, ou seja, o que conecta o homem a máquina. Isto nos leva a produção de uma ciência e um entendimento do mundo sem a participação feminina. O gráfico abaixo representa a participação feminina na produção de software livre:



Source: *Who is Doing It?* In: <http://libre.act-europe.fr>

Outra questão que corrobora o argumento acima foi apresentado numa pesquisa do próprio PSL Mulheres, na qual coloca que no Brasil há apenas 10 mulheres ocupando cargos importantes na área de tecnologia nas corporações brasileiras. Um problema ainda mais grave observado pela PC World mostra que as “Mulheres são menos de 10% nos cursos preparatórios para certificações”³; isto é elas não tem se dedicado a se aprimorarem em cursos na área de tecnologia da informação e da comunicação (TIC) essenciais para o currículo de alguém interessado para entrar nesse mercado. Abaixo mostra um gráfico representando a quantidade de mulheres nos principais cursos para as certificações em TIC:



Fonte: *Impacta Tecnologia*

Podemos dizer que esse gap feminino na produção de conhecimento na área da tecnologia da informação e da presença feminina em cargos importantes da área não é corroborado pelo número de acessos a internet, segundo o IBGE 32,1 milhões de pessoas acessaram a internet em 2005, desses 16,2 milhões eram homens, ou seja, “o percentual de internautas na população masculina ficou em 22%, um pouco acima do indicador referente ao contingente feminino, 20,1%”.⁴ Uma pesquisa semelhante nos EUA mostrou que o número de mulheres que acessam a internet naquele país superou o número de homens, entretanto os fins são muito diferentes. Segundo a pesquisadora Debra Aho Williamson, autora do estudo sobre as mulheres e a internet, elas usam o computador para trabalhar, enquanto os homens além de trabalhar usam mais para se divertir, mostrando uma relação diferente com a tecnologia.

Entretanto, por mais que o aumento do acesso feminino a internet seja um alcance muito importante, aumentando a possibilidade de conexões, ampliando as possibilidades e o conhecimento, é muito preocupante o fato de que poucas estão produzindo o que está sendo consumido, aquilo que elas estão vendo e a maneira com que estão fazendo e entendendo passa por uma produção com pouca participação feminina, ao mesmo tempo, como poucas participam de cargos em TIC, poucas tem acesso a todas as regulamentações e esquemas relacionados ao controle da internet e da informação em si. Assim, utilizam a internet ou o computador sem muita visão crítica, por isso, a ínfima quantidade de mulheres hackers, que utilizam softwares livres, ou envolvidas em movimentos contestadores do sistema informacional (o qual muitos consideram como mecanismos de dominação das grandes redes e potências).

Infelizmente, o que ocorre na maioria desses estudos é uma visão simplista sobre a diferenciação da relação das mulheres e dos homens com a máquina. A maioria dos estudos mostra que as mulheres não teriam paciência para trabalhar de forma tão individualista, ou que elas não teriam intimidade com a tecnologia, ainda há aqueles que colocam que a mulher tem mais atividades em casa e por isso se dedicam menos as TICs, enquanto os homens seriam mais “aptos” a gostar de atividades que pareçam “hobbies”. Essa visão é muito preconceituosa, é um senso comum que naturalizado provoca problemas muito sérios para a emancipação feminina e o entendimento da realidade através de outras leituras, corroborando um cenário que exclui as mulheres, fazendo que as relações de poder existentes se coloquem sem tensões e com isso perpetuem sem contestação.

³ Trecho retirado de PC World – Tecnologia, Informação e Produtividade; “**Mulheres são menos de 10% nos cursos preparatórios para certificações**”; Disponível em: <http://www.pcworld.com.br>. Acesso em: 24/05/2007

⁴ IBGE. Trecho retirado de IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> ; Acesso em: 16 de maio de 2007.

Entretanto, podemos observar que na Sociedade da Informação, a qual coloca um grande desafio entre o individualismo e a coletividade, as mulheres têm abraçado de forma muito efetiva os movimentos sociais. Entretanto, mesmo que os movimentos sociais, como coloca Castells, estejam mais relacionados à busca de significados, estão mais perto do que podemos entender por “coletivo” no cenário atual. Por outro lado, os trabalhos que podemos dizer que são identitários da Revolução informacional, ligado ao controle de informações e as tecnologias estão cada vez mais com um gap de mão de obra feminina, como explicitado na caso empírico. Isso não quer dizer que as mulheres não entrem na internet ou que não usem o computador, mas pior, não são elas quem os programam, que os controlam. Ou seja, a ciência e a maneira de entendê-la, os programas e nos nossos conhecimentos relacionados às tecnologias da comunicação e da informação são idealizadas e produzidas por uma maioria masculina.

O que podemos entender dessa situação, é que mesmo com um conhecimento sobre as novas tecnologias as mulheres permanecem num cenário em que de forma prática, não “produzem” o conhecimento. Essa questão é muito séria, pois além de colocar a maioria das mulheres como receptoras e alimentadoras de conhecimento, o processo produtivo foi, de certa forma, muito modificado pelo processo informacional, excluindo em parte as mulheres da produção. Como é colocada por diversos autores muito importantes da atualidade, a máxima de Marx sobre o ciclo produtivo foi modificado na lógica pós-moderna. A máxima expressava que $D \rightarrow M > P > M' \rightarrow D'$; ou seja, de que dinheiro investido em mercadoria e produção, gera uma mercadoria valorizada e com isso em dinheiro valorizado, ou seja, lucro; e este é reinvestido recomeçando o ciclo ($D \rightarrow D'$).

É claro que esse tipo de processo ocorre hoje no mundo com muitas variações e especificidades que não precisam ser abordadas aqui, mas a produção da informação tem se tornado o principal processo atualmente no qual, dinheiro, informação e conhecimento geram mais dinheiro, informação e conhecimento. Nesse sentido, o homem foi, de certa forma, deslocado do trabalho material e cada vez mais as “atividades mentais” podem ser entendidas como a propulsão do processo de produção: “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no processo produtivo.” (Castells,2000,p.69)

Cria-se então um cenário muito complexo para o trabalho feminino na “Sociedade da Informação, pois, a produção de informação e conhecimento torna-se cada vez mais central, enquanto o processo produtivo tradicional é terceirizado e tem altas taxas de exploração de mão de obra. O agravante dessa situação é que recentemente vemos que poucas mulheres

participam da informatização do conhecimento e da produção, enquanto o número de mulheres exploradas em montadoras em todo o mundo aumenta.

Usando como instrumento de análise as ferramentas desenvolvidas pelo empiricismo feminista, por exemplo, poderíamos dizer que todo o conhecimento desenvolvido na área das tecnologias da informação e da comunicação segue uma determinada construção social e com isso, o que é produzido e o conhecimento passado está totalmente de acordo com o cenário masculinizante encontrado nessas áreas. A partir desse reconhecimento, seguem-se muitas implicações inclusive, metodológicas e ontológicas, ou seja, é necessário que a participação do feminismo nesse movimento para apresentar novas possibilidades de mudança e de formas de encarar a ciência e a tecnologia, ao mesmo tempo em que se pode propor novos entendimentos. Com isso, fica a necessidade de se pensar o conhecimento que está sendo produzido, ou seja, é necessário a inserção da visão feminina nesse mercado, nessas pesquisas, para que a forma como se produz o conhecimento não permaneça no “mainstream”, e que as mulheres passem do status de meras consumidoras de tecnologias, para agentes.

Ainda relacionada ao trabalho feminino, principalmente a partir da década de 80 podemos observar que as mulheres estão aumentando em número e como propulsoras de movimentos civis e trabalhos sociais. O gap gerado por essa situação coloca um entrave para a posição da mulher como grupo que tem força no jogo de poder uma vez que, como coloca Scott: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1991: 164).

Nesse sentido podemos entender que as mulheres estão agindo e se inserindo no “espaço público” de forma distinta dos homens, atuando de forma muito mais contundente nos movimentos sociais do que na política de Estado, por exemplo, como deputadas, vereadoras e etc. Entretanto, o que devemos ter em mente são os significados e poderes em jogo colocados pelas diferentes ações políticas no espaço público. Como a Spike Peterson vai salientar em seu texto, O Estado desde a Grécia Antiga foi construído de forma a reproduzir o processo de dominação e exclusão das mulheres pelos homens, ao mesmo tempo em que cristalizam a dicotomia entre espaço público e privado, sendo o espaço público associado e esfera política e econômica de ação masculina e a esfera privada associada ao natural, a família, ao social na qual as mulheres são inseridas.

O que quero dizer é que a ênfase da ação política feminina proeminentemente concentrada nos movimentos sociais, pode acarretar numa manutenção da ordem e uma reprodução das dicotomias entre o público e o privado, entre o feminino e o masculino, entre a política e a sociedade. Isso porque não há de certa forma uma contestação da ordem, mesmo

de dentro para fora, pois a atuação permanece em pólos diferentes, uma vez que, como Castells coloca, os movimentos sociais, ao voltarem à busca de significados perderam em muitos sentidos o seu poder político e se naturalizaram em grande parte, como movimentos relacionados a temas como pobreza, violência, sexualidade; questões que não despertariam grandes embates políticos, jogos de poder, pois perdem o teor de desigualdade e se colocam quase como algo natural a ser ultrapassado por todos. Esse argumento é desenvolvido em grande parte pelas feministas do terceiro mundo, que se preocupam em não perder o conteúdo político em suas ações para o desenvolvimento.

Caso Empírico II: O Digital Divide, a Educação e os Países em Desenvolvimento

Alguns autores definem o Digital Divide como a diferença de acesso, utilização e de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Dessa forma, eles observam dois tipos de Digital divide. “The First Digital Divide” seria a diferença entre os países. E o “Second Digital Divide” seria a diferença de acesso dentro dos próprios países.

Segundo o autor Paul Attewell, o “First Digital Divide” seria a disparidade no acesso às tecnologias da informação e da comunicação, isso por conta de desigualdade de renda, desigualdade de educação e até étnicas, raciais e regionais. O “Second Digital Divide” seria as diferenças sociais na forma com que os computadores são usados, e isso se deve principalmente a falta de “empowerment” das pessoas para utilizarem as TICs, ou seja, de uma forma mais ampla podemos entender o “Second”, como a falta de investimento, desenvolvimento e principalmente da falência de um sistema educacional. O autor ainda salienta a questão de que o segundo digital divide é o mais perigoso e o mais difícil de ser ultrapassado, já que o acesso pode ser mais facilmente assegurado, mas também pode ser mal utilizado.

Entretanto, a definição é de certa forma muito discutida, mas o que não se discute é a questão de que o Digital Divide não é medido apenas pelos que têm acesso e os que não, mas sim por aqueles que são “ajudados” pela tecnologia. Assim, a questão chave não é o acesso. Não é quem está conectado, mas sim quem é servido por esta tecnologia. *“Here’s the upshot: upper-to-middle classes are given high-quality access to technology because technologists are hard at work creating “solutions” designed just for them. Solutions for the poor get ignored. The result: the poor are given low-quality access which could actually hurt them and, in some sense, widen the divide”.* (Digital Divide.org)

A questão do Digital Divide pode ser ligada a diversos desafios encontrados em nossa sociedade desde pobreza, educação, exclusão, terrorismo, transferência de tecnologia. Dessa

forma, superar o gap digital pode criar mais oportunidades para a redução desses desafios, mas ao mesmo tempo a interligação entre esses temas produz uma via de mão dupla, que faz com que a inclusão digital se torne muitas vezes uma opção secundária dos governos e das próprias organizações internacionais. Uma vez que não é possível superar o digital divide sem educação; de certa forma, também, não seria concebível investir em tecnologia para “pobres” se tem milhões de pessoas passando fome. E ainda, o argumento de usar a inclusão digital para acabar com uma série de problemas como a xenofobia, a exclusão e até mesmo o terrorismo, é muito pouco utilizado principalmente depois dos últimos acontecimentos.

De acordo com os “ativistas” da inclusão digital, diminuir o Digital Divide seria uma das poucas formas de fazer a globalização “funcionar” para os pobres, pois a tecnologia digital é o grande motor da globalização e da economia atual; entretanto os pobres não estão recebendo as suas soluções, os seus benefícios, isso aumenta ainda mais a diferença social entre os ricos e os pobres. O economista Joseph Stiglitz já havia colocado que as novas tecnologias estão por trás do processo de desigualdade mundial. Dessa forma, apenas quando todos tiverem acesso a essas tecnologias, e que os pobres assim como os ricos se tornem receptáculos do desenvolvimento, ou seja, do “pensar tecnológico”, que será possível possibilitar as mesmas oportunidades.

Muitos colocam que para se ultrapassar a ponte da diferença digital, do gap digital dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos é necessário buscar por iniciativas de baixo custo, nesse sentido muitas vezes os softwares livre são visto com essa possibilidade, os governos devem ter uma política global que “empodere” a população de habilidades para a utilização dos softwares, de informações necessárias, de infra-estrutura necessária. Assim a resposta à ameaça do “digital divide” deve ser multilateral; muitas vezes, as políticas de países na África, América do Sul e Índia, esbarram com o simples fato de que grande parte da população não tem como ter acesso “físico” ao PC. Assim, o acesso à tecnologia deve ser visto de uma maneira mais ampla, dessa forma o mero incentivo ao software livre não vai levar a resultados eficazes.

Conclusão

Como Castells salienta, cada vez mais há um processo de “aumento da concorrência econômica global em um contexto de diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e gestão de capital”. (Castells, 1999, p.40) Esse processo de reorientação da base econômica e produtiva vem acompanhado de transformações sociais muito drásticas; muitos autores apontam para uma fase de grandes crises de legitimidade e de autoridade, essa crise é tanto institucional, como representativa. É uma crise de individualização na “globalização”, a qual se insere a grande diferenciação cultural que o autor se refere.

Essas grandes ambigüidades podem ser vistas na questão feminina, que cada vez mais está inserida no capitalismo informacional, mas ainda em condição discriminatórias e de certa forma marginais. Além disso, a sociedade e o indivíduo, devido a crise de legitimidade, buscam cada vez mais por identidades primárias que lhes garantam algum significado, num mundo que a velocidade das mudanças deixa a realidade cada vez mais fulgás.

Na Sociedade da Informação analisada, as mulheres estão deslocadas da produção de informação e conhecimento, do processo produtivo informacional, dos cargos de importância no cenário econômico/empresarial atual, inseridas cada vez mais num processo de exploração de mão de obra, ou de consumo do conhecimento produzido, ao mesmo tempo estão atuando no espaço público voltadas para os movimentos sociais. Entretanto, o que está acontecendo é que todos esses mecanismos têm legitimado e reproduzido a condição de subordinação feminina; tanto o Estado que foi construído de forma masculinizante, mantendo as relações de poder e reproduzindo o processo de dominação e exclusão, legitimando a hierarquia social; quanto o capitalismo, o militarismo e outras formas de dominação como a educação, a cultura.

Esse cenário é claramente observável na condição apresentada da mulher na Sociedade da Informação. Esse processo é notável em todos os países, cada um com o seu nível de deslocamento feminino, dos mais desenvolvidos com a situação do gap digital, o chamado digital divide até os menos desenvolvidos através da exploração da mão de obra e uma sobreposição de exclusões (inclusive a digital).

Relacionado aos movimentos sociais, devemos ter em mente que é um alcance muito importante para as mulheres e para o movimento feminista, ser uma voz na esfera pública, a “esfera da razão”. Entretanto, a busca pela emancipação feminina deve passar por todas as esferas de poder, de forma a reconstruir as bases de conhecimento e de entendimento; as mulheres não devem se colocar unilateralmente na política, elas devem propor outras maneiras de produzir, de informar, de legislar, de entender o mundo, pensando em novas alternativas. Dessa forma, mesmo que a situação possa parecer tão naturalizada que seria

quase que imutável, é importante buscar outras soluções para a “ordem”, e o feminismo mostra-se assim, um instrumento muito importante de mudança social.

Dentro do debate da Sociedade da Informação temos outra grande ambiguidade que é a dificuldade de se ultrapassar o gap digital, tanto entre países, como dentro dos próprios países, para muitos, essa é o desafio mais difícil que a sociedade terá que lhe dar; uma vez que, por mais que uma certa tecnologia pode tornar-se obsoleta, possibilitando o acesso de muitos a ela por conta da queda dos preços, aqueles que já possuíam, sabem utilizá-las de forma mais proveitosa; ao mesmo tempo, enquanto uma tecnologia se torna obsoleta, outras são desenvolvidas, e aqueles que tem acesso acabam ficando ainda mais longe daqueles que não possuem.

Assim, diminuir o Digital Divide é fundamentalmente uma questão de “empowerment”, ou seja, é usar as novas tecnologias para dar poder aos “pobres” da mesma forma que ela dá aos “ricos”; uma vez que as tecnologias da informação e da comunicação são desenvolvidas pensando na melhor forma de utilização e no que traz “facilidades” para os que têm acesso. O quadro é que ela é desenvolvida, pensando em solução para classes e muitas vezes países específicos. De repente, poderia ser possível pensar em soluções mais adequadas ao contexto de vida dos mais pobres, o que de certa forma poderia mudar o contexto da brecha digital.

Segundo a organização Digital Divide:

“One of the big new ideas about how to overcome poverty is to give the poor access to public lands that they in effect control, extend credit to the poor, and eliminate the illegal grey markets that sell counterfeit goods, legalize prostitution and so forth. All these changes become possible through information and communications technologies”.

(<http://www.digitaldivide.org/dd/truths.html>.)⁵

Dentro desse contexto de diferenciação e mudanças torna-se necessário salientar que nem tudo é crise; podemos dizer que desde a “Revolução Tecnológica Informacional”, novos espaços econômicos, relacionais, novas redes de interação e comunicação se criaram, juntamente com novos canais com necessidade de regulamentação. Isto é, percebeu-se que é necessário lhe dar com os problemas e também com as soluções constituídas na Sociedade da Informação. O processo de expansão de redes, com a internet e outras tecnologias, possibilitaram iniciativas interessantes no âmbito social, econômico e político, inclusive

⁵ Trecho baseado em: DIGITAL DIVIDE.ORG. “Nine Digital Divide Truths” Disponível em: <http://www.digitaldivide.org/dd/truths.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2006.

gerando maior participação social dando aos indivíduos mais um instrumento de accountability; mas, ao mesmo tempo, também acabam acarretando em “novos problemas” como o Digital Divide, a Pirataria, o Cibercrime, o uso da internet por grupos terroristas, as questões das diferenças culturais e legais.

Bibliografia:

- ATTEWELL, Paul. **Research on Information Technology Impacts**, in *Fostering Research on the Economic and Social Impacts of Information Technology*; The National Research Council, 1998.
- BRAIN COMMONS, **Cúpula da Sociedade da Informação**. Net, Rio de Janeiro, 08 nov. 2005. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/news/4938>; Acesso em: 06 abril 06.
- BRIGES.org. **Spanning the Digital Divide: Understanding and Tackling the Issues**. Net, Rio de Janeiro, 20 maio 2001. Disponível em: <http://www.bridges.org/publications/65>; Acesso em: 27 junho 2006
- CASTELLS, M. **Epilogue: Informationalism and the Network Society**, in P. Hilmanen (ed.) *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*, p.78-155. London: Secker & Warburg.
- _____. **A Sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 1999. v. 1.
- _____. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Comitê gestor da Internet no Brasil; Acesso em: 12 de junho de 2007; Disponível em: <http://www.nic.br/imprensa/clipping/2007/midia67.htm> -
- COUTO, M. Thereza. **Eu nem me reconheço daquela que eu era - (Re)Definindo Espaços: Mulheres, Ação Política e Relações de Gênero**; Tese; UFP; março de 1996
- SYLVESTER, Christine . **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge, Cambridge University Press. Cap. I; 1994
- DIGITAL DIVIDE.ORG. “**Nine Digital Divide Truths**” Disponível em: <http://www.digitaldivide.org/dd/truths.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2006.
- G1 – portal de notícias; Acesso em: 12 junho de 2007; Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1515835-7084,00.html>
- GUILLÉN, Mauro F. SUÁREZ, Sandra L. **Explaining the Global Digital Divide: Economic, Political and Sociological Drivers of Cross-National Internet Use**. *Social Forces*: Volume 84, Number 2, December 2005
- HEXEL, Roberto. *Software Livre - CELEPAR*, Net. Disponível em: www.softwarelivreparana.org Acesso em: 20 maio de 2006
- HOLTGREWE, Ursula. **Articulating the Speeds of the Internet – The case of open source/free software**, in *Time & Society*, v. 13, n. 1 (2004), p.129-146.
- HIONG, S. Goh. **Open Source and Commercial Software – an in depth analysis of the issues**. NET, sep. 2005. Disponível em: <http://www.bsa.org>, Acesso em: 20 abril
- Jacqui True (1995). *Feminism*. In: *Theories of International Relations*. New York, San Martin’s Press. Capítulo 8.
- MARQUES, C. Ivan. **Desmaterialização e Trabalho** in: *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Org. Helena Lastres e Sarita Albgli. RJ. 1999 Editora Campus Ltda.
- ROBLES, G. SCHEIDER, H. TRETROWSKI, I. WEBER, N. **Who is Doing It?** Net, Berlin, ago. 2001. Disponível em: <http://libre.act-europe.fr>, Acesso em: 31 marco 2006
- World Intellectual Property Organization. *Wipo Copyright Treaty Net*. Disponível em: www.wipo.org. Acesso em: 20 de maio de 2006
- WIPO – LAS, National Seminar on Intellectual Property for Journalists and Members of the Media – on the Merits of the open source Model. www.wipo.org
- SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analysis**. In: *Gender and the politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991, p. 153-175.
- V. Spike Peterson (1992). *Security and Sovereign States: What is at Stake in Taking Feminism Seriously*. In: *Gendered States*. Boulder: Lynne Rienner. Capítulo 1.